



Participação, Comunicação e Processos Midiáticos na Democracia Contemporânea¹

Edgard REBOUÇAS²

Marialina Côgo ANTOLINI³

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

RESUMO

O presente artigo se debruça sobre o conceito de participação trabalhado por Juan Diaz Bordenave e suas relações com os processos de cidadania contemporâneos. São analisados os níveis de participação e a influência do capitalismo homogeneizador e da grande mídia no ato dos atores sociais tomarem parte nas diferentes etapas de desenvolvimento de projetos de interesse comum. A comunicação, especialmente a comunicação alternativa, é entendida como peça-chave neste processo de desenvolvimento de cidadãos e de mobilização para participação.

PALAVRAS-CHAVE: participação; mobilização social; comunicação; cidadania

Introdução

Democracia e participação são conceitos intimamente conectados. Um pressupõe o outro. Não existe democracia sem participação social. A participação popular nos processos decisórios é uma prerrogativa do Estado Democrático de Direito no Brasil, instituído pela Constituição Federal de 1988, que apresenta um modelo de gestão pública incentivador da participação social como forma de exercício pleno da cidadania.

O dicionário Aurélio (2010) define o verbo participar como (1) Informar, comunicar; (2) Ter ou tomar parte em; (3) Ter parcela em um todo, ou receber, em divisão ou em partilha, parte de um todo. Já o pensador latino-americano Juan Diaz Bordenave, autor de dezenas de livros que abordam temas relacionados à comunicação, participação e sociedade, trabalha em sua obra “O que é participação” com o conceito de participação social, termo definido como

¹ Trabalho apresentado para a V Conferência Sul-Americana e X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades (PósCom/UFES), coordenador do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência e superintendente de Cultura e Comunicação da UFES. Email: edgard.reboucas@ufes.br.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades (PósCom/UFES), pesquisadora do Observatório da Mídia: direitos humanos, políticas, sistemas e transparência e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. Email: marialina.antolini@gmail.com.



“o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada” (BORDENAVE, 1983, p.25). Participar, portanto, é estar presente nas diferentes fases que constituem a construção social, econômica, política e cultural de determinado território. Usufruir de um serviço é apenas parte do processo. Para uma plena participação, é preciso tomar parte ainda na produção e gestão dele – é se tornar corresponsável.

Assim, é possível verificar que existem diferentes maneiras e níveis de participação. De acordo com Bordenave (1983) esses níveis de participação podem ser traduzidos nas expressões “fazer parte”, “tomar parte”, e “ter parte” – como sugere a segunda definição dada pelo dicionário Aurélio. Todas representam alguma maneira de participar, mas essa participação pode ser ativa ou passiva. Indo além, o autor afirma ainda que mesmo na participação ativa, existe distinção na qualidade da participação. Para ele, “a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte” (BORDENAVE, 1983, p. 22).

A democracia, nesse sentido, precisa alavancar as forma de participação, permitindo que a população tome parte nos processos decisórios, ou seja, promovendo uma qualificação do “como se toma parte”. Isto, no entanto, torna-se desafiador e de difícil execução quando esse poder se concentra nas mão de uma minoria, que delega para a maior parte da população apenas as tarefas de execução daquilo que foi decidido em outro âmbito. Para Bordenave (1983), a questão maior das sociedades democráticas se estabelece na medida em que o Estado se alia a essa minoria, privilegiando o sistema de interesses em detrimento ao sistema de solidariedade. Quando isso acontece, a participação social é enfraquecida, já que a população não se sente empoderada, com pouca ou nenhuma voz diante dos demais.

Para John B. Thompson (2011, p. 38), “poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências”. Pensado assim, todas as pessoas possuem uma espécie de poder, que reside em sua habilidade de lutar para a conquista de metas e planos, que podem ser de ordem pessoal ou se estenderem de forma mais ampla, atingindo toda uma comunidade. No entanto, esse poder pode ser delimitado por uma série de fatores, especialmente pelos recursos possuídos para exercê-lo. Poder, nesse sentido, vai muito além daquele que comumente é associado à política: significa empoderar-se, munir-se de recursos que permitam intervir no curso dos acontecimentos.



José Ignacio López Vigil (2003, p. 485) define empoderamento como “encher-se de poder, assenhorear-se de nós mesmos”. Empoderar, portanto, é um princípio essencial no processo de participação, na medida em que mune de recursos e dá voz às pessoas. Recursos para que os atores sociais possam participar, cobrar, sugerir e intervir na melhoria da vida comunitária, na resolução pacífica dos problemas comuns – ou seja, para que possam de fato exercer a cidadania.

O conceito de cidadania, por sua vez, vem se atualizando e se modificando nas diferentes épocas. Para Gorczevski e Martin (2011), essa revisão do conceito está no cerne da definição do que significa cidadania – não é algo estático ou que se resume à direitos. “Intrínseco no termo está, ou deveria estar, os deveres, em especial o de participação nos rumos da comunidade” (GORCZEVSKI; MARTIN; 2011, p. 23). Sobre o conceito contemporâneo de cidadania, que pressupõe a participação, Márcio Simeone Henriques acredita que

não está relacionado apenas ao direito de escolha de representantes pelo voto, e seu sentido também não se limita aos processos eleitorais. O que se espera é que a ação cívica perpassasse as instituições políticas por meio da participação da sociedade civil, tanto na formulação quanto na execução de políticas públicas, independentemente da área de atuação. É nesse cenário que o poder público se viu diante da demanda de mudar sua forma de organização administrativa e seu desenho institucional. Constituindo fóruns para discussão e deliberação, os próprios órgãos governamentais precisam desenvolver estruturas capazes de estimular essa participação, absorver em sua dinâmica os resultados desse processo, além de prestar contas aos cidadãos sobre suas atividades.” (HENRIQUES, 2010, p.70)

Portanto, esse novo estágio de cidadania exige do Estado espaços formais de participação. E não basta que eles existam, é preciso que funcionem como mecanismos reais de escuta, debate, diálogo e desenvolvimento conjunto de planos e ações. Voltamos aqui aos níveis de participação mencionados anteriormente. Bordenave (1983, p.30) levanta duas questões-chave para avaliar a participação: “Qual é o grau de controle dos membros sobre as decisões? Quão importantes são as decisões de que se pode participar”?

O nível de importância que se dá àquilo que está sendo definido de forma participativa é proporcional ao empoderamento e a corresponsabilização gerada nos participantes. Quando nos sentimos atuantes naquilo que está sendo planejado, decidido e executado, passamos a nos sentir responsáveis por aquela ação, acompanhando mais de perto seu desenvolvimento e sua manutenção. Bordenave (1983, p. 13) salienta que “os serviços que os organismos oficiais



(...) prestam ao povo são melhor aceitos na medida em que correspondem à percepção que este tem de suas próprias necessidades, percepção que se expressa mediante a participação.”

Um exemplo é construção pelo Estado de espaços públicos em determinados territórios sem um diagnóstico prévio com participação popular. Não raro, este equipamento acaba por sofrer um processo de esvaziamento ou subutilização pelos moradores do lugar. Uma consulta à comunidade antes da construção – tanto para diagnosticar a real necessidade daquele território em relação ao espaço quanto para informar à população sua utilidade, forma de funcionamento, entre outros – provavelmente teria gerado uma maior aceitação e melhor utilização, valorizando a participação da comunidade, aumentando a sensação de corresponsabilidade e utilizando de forma mais consciente os recursos do erário.

O Caderno Municipal do Programa Conjunto da ONU Segurança com Cidadania (2013, p. 38) apresenta um exemplo prático dessa situação acontecido no bairro Nacional, em Contagem (MG). Conhecida como Casa Amarela, uma edificação construída pela prefeitura estava abandonada e passou a ser ocupada por usuários de drogas, gerando uma sensação de insegurança no entorno. Durante uma ação realizada no âmbito do Programa da ONU Segurança com Cidadania, jovens da comunidade se reuniram e propuseram uma atividade de utilização do espaço. Passaram a ser oferecidas oficinas e atividades culturais como forma de revitalização. Uma proposta da prefeitura previa a construção de uma rampa de skate no local, mas, a partir da ação, foi detectado que isso não atenderia os jovens do lugar, já que a prática do skate não era usual na região. A ocupação realizada pelos membros da comunidade gerou uma nova forma de utilização do equipamento, que se tornou uma referência de lazer e produção cultural para os jovens do território.

O incentivo à participação

A participação em países que vivem um sistema democrático de governo é uma decisão pessoal e voluntária de cada cidadão, na maior parte das vezes. Excetuando-se casos de participação obrigatória, por exemplo as eleições brasileiras para cidadãos alfabetizados entre 18 e 70 anos, cabe a cada um escolher a parte que vai tomar – se vai tomar – nas ações. E essa decisão é perpassada por uma série de questões.

Juan Díaz Bordenave (1983) afirma que o processo de participação acompanha desde o início da humanidade as formas que a vida social adquire. Para ele,



a participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado sua evolução desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje. Nesse sentido, a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social. Tudo indica que o homem só desenvolverá seu potencial pleno numa sociedade que permita e facilite a participação de todos. O futuro ideal do homem só se dará numa sociedade participativa. (BORDENAVE, 1983, p. 17)

No entanto, o autor acredita que as democracias liberais cometem um grave erro ao não incentivar a microparticipação. A participação deveria ser aprendida e incentivada nos espaços do cotidiano – tais como a família e a escola –, desde cedo. Como isso não acontece, os cidadãos crescem sem saber participar nos espaços institucionais, sem entender a importância e a dimensão da macroparticipação.

Incentivar a participação, portanto, deve ser uma atividade contínua de formação e acontecer nos espaços diversos do cotidiano, nas diferentes comunidades habitadas. Para Roger Silverstone,

as comunidades sempre tiveram uma composição simbólica, e também material. Elas são definidas pelas minúcias da interação cotidiana, assim como pela efervescência da ação coletiva. Agimos sobre elas e as traduzimos em ações. Mas, sem sua dimensão simbólica, não são nada. Sem seus significados, sem crença, sem identidade e identificação, não há nada: nada a que pertencer, de que participar; nada para compartilhar, promover, e nada para defender. (SILVERSTONE, 2011, p. 185-186)

Independente de onde se localiza o território dessas comunidades, é nela que as raízes da cidadania se formam. A partir delas, o cidadão passa a se reconhecer e compreender seu papel. É na comunidade habitada onde se exerce, inicialmente, a microparticipação – ou seja, a participação que se dá no cotidiano, nas decisões e ações diversas que perpassam a vida familiar, escolar, de grupos, clubes, etc. E é a partir dela que se dá o processo de compreensão da importância da macroparticipação e o sentido da corresponsabilidade.

Quando a formação cidadã se dá dessa maneira, a participação se qualifica, passando a buscar melhorias para as comunidades, ampliando o debate público e formando verdadeiros sujeitos políticos, que tomam parte nos assuntos de interesse público. Marcio Simeone Henriques acredita que

a participação nos diversos fóruns deliberativos ganha mais força quando os cidadãos, mobilizados e organizados, conseguem se posicionar e expressar publicamente seus desejos e seus interesses. (...) A participação não se resume à presença nos fóruns institucionalizados onde pode ocorrer a interlocução entre o Estado e a sociedade civil. Aliás, para que isso efetivamente ocorra, demanda-se a organização dos grupos de cidadãos, que



por sua própria iniciativa precisam reunir pessoas e recursos em torno de causas de interesse público. (HENRIQUES, 2010, p. 71)

Para que isso aconteça, no entanto, os cidadãos precisam sentir-se impelidos a participar. Precisam estar mobilizados. A geração de corresponsabilização se configura, então, no elemento-chave dos processos mobilizatórios. Ela surge a partir do momento em que os atores passam a enxergar a sua participação como fundamental para o todo, se envolvendo de fato no problema e se sentindo responsável pela sua solução. José Bernardo Toro e Nísia Maria Werneck (1996) afirmam que toda mobilização é um ato de razão, na medida em que, coletivamente, atua no sentido de alcançar um objetivo comum de interesse público.

A mobilização social pode ser definida como “uma reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação à determinada causa de interesse público” (BRAGA; HENRIQUES; MAFRA, 2004, p.36). Durante uma oficina de Comunicação e Mobilização Social em Vitória (ES), o jovem capixaba Enauro Feijó, após debater sobre ações de mobilização e comunicação em sua comunidade, chegou a conclusão que “mobilizar é despertar o olhar de possibilidade no outro” (Caderno Municipal do Programa Conjunto da ONU Segurança com Cidadania em São Pedro - Vitória, 2013, p. 30). Despertar o olhar de possibilidade é mostrar que é possível fazer, que aquela comunidade tem o poder para mudar, mas que, para isso, antes, é preciso participar.

Nestor Garcia Canclini, no entanto, afirma que “nada na sociedade induz à tentação do voluntarismo político” (CANCLINI, 2003, p. XXXV). Para ele, nos últimos anos, o modelo econômico vivido globalmente vem intensificando as tendências homogeneizadoras de valorizar o privado em detrimento do que é público.

Dois processos novos, incipientes então, colaboram nessa reorientação. Um é a digitalização e mídiatização dos processos culturais na produção, circulação e no consumo, que transfere a iniciativa e o controle econômico e cultural a empresas transnacionais. Outro envolve o crescimento dos mercados informais, a precarização do trabalho e, em sua modalidade mais espetacular, a narcorregionalização de grande parte da economia e da política, com a consequente destruição violenta dos laços sociais. (CANCLINI, 2003, p. XXXV)

Sobre o segundo processo ao qual o autor se refere, que tem como consequência a destruição dos laços sociais, este está diretamente relacionado à falta de empoderamento das comunidades diversas, da sociedade como um todo. Como citado anteriormente, Bordenave



acredita ser um grande erro das democracias liberais a falta de incentivo à participação. Ora, sem ser incentivado a participar, como, então se tornar um sujeito político de fato, cidadão mobilizado e empoderado em torno de um interesse comum? Sem laços sociais, onde ficará o sentimento de pertencimento, a noção de identidade? E sem sentir pertencer, como participar?

Para Silverstone, “encontramos nossas identidades nas relações sociais que nos são impostas e nas que procuramos. Nós as vivemos diariamente. Percebemos uma necessidade de pertencer. E precisamos restabelecer a certeza de que realmente pertencemos” (SILVERSTONE, 2011, p.181). Em outro ensaio, Canclini (2010) diz que a questão da identidade e da cidadania, atualmente, deve ser pensada relacionando-se com diferentes suportes culturais, e não apenas com o folclore ou a discursividade política, como acontecia nos séculos XIX e início do XX. Precisa levar em conta os repertórios artísticos e de meios de comunicação que influenciam de forma decisiva no processo de reelaboração de identidades.

Essa nova compreensão de identidade, para Jesus Martín-Barbero (1997) está inserida ainda neste contexto de grande transformação política que as nações vêm passando a partir da desvalorização do nacional e enfraquecimento dos Estados com o processo de globalização.

Diante das propostas que orientaram o pensamento e a ação da esquerda até meados dos anos 1970, começa a se formar nos últimos anos um outro projeto, estritamente relacionado com a *redescoberta do popular*, ou seja, com o novo sentido que essa noção hoje adquire: revalorização das articulações e mediações da sociedade civil, sentido social dos conflitos para além da sua formulação e síntese política, reconhecimento de experiências coletivas e não enquadradas nas formas partidárias. O que se encontra em processo de mudança, hoje, é a própria concepção que se tinha dos sujeitos políticos. (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 286)

Os processos de mediatização e digitalização da sociedade e as mudanças políticas e econômicas resultantes da globalização forçaram uma nova configuração dos sujeitos políticos, ou seja, dos cidadãos. As formas de participação mudam, assim, junto com essas recentes configurações da sociedade e precisam se adaptar às novas comunidades que surgem e àquelas que se moldam por esses processos. O que não muda, no entanto, é necessidade de participar – tanto por ser inerente à natureza social do homem, como afirmou Bordenave, como por ser um processo essencial nas sociedades democráticas.

Mídia, Comunicação e Participação



Como previamente citado por Canclini, essa mudança na formação dos sujeitos políticos, dos cidadãos contemporâneos, passa fortemente pela midiaticização dos processos culturais. Repete-se, aqui, então uma questão proposta por Roger Silverstone: “E quanto um senso de comunidade, quanto a realidade da comunidade depende da nossa mídia, como agente de significado, comunicação, participação, mobilização?” (SILVERSTONE, 2011, p. 183)

A formação das identidades e o sentido de cidadania e pertencimento nos países-nações da primeira metade do século passado sofreram grande contribuição do rádio e do cinema, que mostraram a diferença nos jeitos de falar e vestir, nos gostos e hábitos das populações (CANCLINI, 2010).

Essa influência se manteve e se ampliou de maneira significativa com a diversificação dos meios de comunicação e o barateamento da tecnologia. Jesus Martín-Barbero e German Rey (2001) fazem sobre a televisão uma análise que pode ser estendida para as demais mídias:

Contraditória modernidade a da televisão em países nos quais a desproporção do espaço social que a mídia ocupa – ao menos, em termos da importância que adquire o que nela aparece – é, contudo, proporcional à ausência de espaços políticos de expressão e negociação dos conflitos e a não-representação, no discurso da cultura oficial, da complexidade e diversidade dos mundos de vida e dos modos de sentir das pessoas. São a debilidade de nossas sociedades civis, os extensos lodaçais políticos e uma profunda esquizofrenia cultural nas elites as causas que alimentam cotidianamente a desmedida capacidade de representação adquirida pela televisão. (MARTIN-BARBERO; REY, 2001, p. 39)

Os autores afirmam ainda que na televisão, apesar dela ser um ator fundamental nos processos de mudança política, o espetáculo é que preenche o tempo, dissolvendo o debate político e suplantando a participação cidadã (MARTIN-BARBERO; REY, 2001, p. 41).

Se a grande mídia pouco se ocupa das questões de interesse público, as comunidades, os movimentos sociais e políticos, a sociedade civil, o Estado precisam buscar alternativas de comunicação para garantir os processos participatórios. Afinal, como afirma Bordenave (1983, p. 68), “sem comunicação não pode existir participação. De fato, a intervenção das pessoas na tomada de decisões requer pelo menos dois processos comunicativos: o de informação e o de diálogo”. Processos esses trazidos pela primeira definição que o dicionário Aurélio apresenta do verbo participar: Informar, comunicar.

Ou seja, para participar, é preciso comunicar. É necessário, no mínimo, ter informações sobre a questão e dialogar sobre ela com os demais. Quando as informações



chegam de forma insuficiente, quando há ruídos no processo e a clareza da mensagem é prejudicada, ou quando a informação não chega de forma alguma, é impossível um processo significativo de participação popular.

Assim, é necessário criar alternativas de comunicação que vão além da mídia hegemônica, que falem de forma local. Cicilia Peruzzo afirma que

em processos participativos avançados os receptores das mensagens dos meios de comunicação tornam-se também produtores e emissores das mesmas, assim como gestores do processo de comunicação. O cidadão torna-se sujeito dos meios de comunicação e tende a mudar o seu modo de ver o mundo relacionar-se com a mídia. (PERUZZO, 2004, p. 37-38)

Este tipo de comunicação tem início nas comunidades, a partir da realidade local e da disposição dos atores sociais envolvidos. Peruzzo (2004) afirma ainda que esta comunicação, conhecida como alternativa, comunitária ou popular, apesar de acontecer em pequena escala, ganha consistência significativa na medida em que se espalha de diferentes formas e em locais diversos. Sobre a possível articulação desses movimentos que, num momento inicial, acontecem de forma independente, Martín-Barbero acredita que

estes movimentos, pequenos, em sua maioria inarticulados, à medida que se articulem e articulem a escola, e os meios de comunicação municipais, comunitários, irão criando redes de formação de cidadãos que vão ser muito eficazes, para fazer com que essas vozes dispersas comecem a tomar corpo no espaço regional e, inclusive, no espaço nacional (MARTÍN-BARBERO, 1999, p. 79).

Para John Downing (2004), a mídia radical – como ele chama os meios alternativos de comunicação, que podem ser manifestações diversas, tais como a dança, o grafite, a revista em quadrinhos, o teatro de rua, as experiências de internet, entre outras – tem um papel fundamental na quebra da hegemonia dos meios de comunicação, especialmente para informar e comunicar aquilo que não é dito por uma autocensura muitas vezes implicitamente imposta pelo capitalismo nos profissionais da mídia convencional. Em cenários como esse, ele afirma,

a mídia radical tem a missão não apenas de fornecer ao público os fatos que lhe são negados, mas também de pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico e fortalecer o sentimento de confiança do público em seu poder de engendrar mudanças construtivas. (DOWNING, 2004, p. 50)

Para a conquista de processos participatórios amplos e representativos, portanto, é preciso primeiramente garantir o acesso às informações. “A informação é um direito e uma



exigência para uma participação livre e consciente” (TORO; WERNECK; 2004, p. 68). O acesso à informação, assim, se configura no passo inicial, aquele que desperta o desejo de mudança, o início da geração de corresponsabilidade e, conseqüentemente, incentivo à participação.

Conclusão

A midiaticização da sociedade, o capitalismo e a massificação de culturas e economias vêm homogeneizado as comunidades diversas e enfraquecendo os laços sociais. Mas nesse fluxo, apesar de consistente e global, é possível encontrar brechas, espaços de respiro, movimentos que oxigenam a busca por interesses comuns e por uma sociedade mais solidária. Martín-Barbero aponta essas brechas na mídia televisiva quando afirma que apesar do modelo de televisão que “odeia as diferenças”, praticado pela grande mídia, “ela (a televisão) está feita de contradições e nela se expressam demandas que tornam visíveis a não-unificação do campo e do mercado simbólico” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 319).

Nestor Garcia Canclini (2003) acredita que para não ficarmos presos à lógica do capital financeiro, é preciso buscar a heterogeneidade, as múltiplas hibridações, as diferenças que unem.

Exigir que as finanças sejam vistas como parte da economia, ou seja, da produção de bens e mensagens, e que a economia seja redefinida como cenário de disputas políticas e diferenças culturais é o passo seguinte para que a globalização, entendida como processo de abertura dos mercados e dos repertórios simbólicos nacionais, como intensificação de intercâmbios e hibridações, não se empobreça como globalismo, ditadura homogeneizadora do mercado mundial. Ao que estão fazendo nessa direção os movimentos de protesto contra o Banco Mundial, o FMI e a OECD (ecologistas, pelos direitos humanos, etc.), é necessário acrescentar um trabalho especificamente intercultural, de reconhecimento da diversidade e afirmação de solidariedades. (CANCLINI, 2003 p. XXXVIII)

Canclini afirma ainda que entender “o modo como estão sendo produzidas as relações de continuidade, ruptura e hibridização – entre sistemas locais e globais, tradicionais e ultramodernos – no desenvolvimento cultural é, hoje, um dos maiores desafios para se repensar a identidade e a cidadania” (CANCLINI, 2010, p. 138). E entender as faces da cidadania na sociedade contemporânea é fundamental para incrementar a participação democrática.



Os processos comunicacionais em suas diversas amplitudes e alcances são determinantes na construção das identidades e, conseqüentemente, de cidadãos. Nesse contexto, a busca por formas de comunicar que ampliem diferentes vozes, ecoem discursos diversos e promovam o debate e o diálogo deve ser dar de forma constante nas sociedades democráticas. Para Bordenave (1983, p. 70), “a participação de todos os setores da população na democracia do futuro depende da adequada utilização da comunicação, tanto no nível dos pequenos grupos como no nível das massas espalhadas em todo o território do país”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORDENAVE, J. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRAGA, C. S.; HENRIQUES, M. S.; MAFRA, R. L. M. **O Planejamento da comunicação para mobilização social: em busca da corresponsabilidade**. In: HENRIQUES, Márcio S. (org.). *Comunicação e Estratégias de Mobilização Social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Caderno Municipal do Programa Conjunto da ONU “Segurança com Cidadania” em Contagem, Minas Gerais – MG. Brasília: PNUD, UNESCO, UNICEF, OIT, UNODC, ONU Habitat – Ministério da Justiça, 2013.

Caderno Municipal do Programa Conjunto da ONU “Segurança com Cidadania” em Vitória, Espírito Santo – ES. Brasília: PNUD, UNESCO, UNICEF, OIT, UNODC, ONU Habitat – Ministério da Justiça, 2013.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas - Estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Comunicadores e Cidadãos**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

DOWNING, J. D. H. **Mídia Radical – Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: positivo, 2010.

GORCZEWSKI, C.; MARTIN, N. B.. **A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

HENRIQUES, M. S.. **Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MARTIN-BARBERO, J.; REY, G. **Hegemonia Audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Senac SP, 2001.



MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. **Sujeito, Comunicação e Cultura**. Revista Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna/ECA-USP, mai-ago, 1999, nº 15. Entrevista concedida a Roseli Fígaro e Maria Aparecida Baccega. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36864/39586>. Acessado em novembro de 2014.

PERUZZO, C. M. K. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. In: Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación, 2004. Disponível em: <http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/145/166>. Acessado em janeiro de 2014.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TORO A., J. B.; WERNECK, N. M. D.. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília: UNICEF- Brasil, 1996.

VIGIL, J. I. L. **Manual urgente de radialistas apaixonados**. São Paulo: Paulinas, 2003.